



**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ**

EDITAL DE LICITAÇÃO

Licitação nº 1403.1/16

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Data da Licitação: 18 de Abril de 2016

Hora da Licitação: 10:00min (Horário Local)

Local da Realização: Auditório da Prefeitura Municipal de Independência

Tipo da Licitação: MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA-CE, através da SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 07.982.028/0001-10, situada na Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro - Independência CE, por intermédio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria n.º 004/2016, de 04 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados que no dia, hora e local acima indicados, realizar-se-á licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sendo observadas as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições contidas na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, e pela regulamentação dada pelo Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos Federais n.º 3.693, de 20/12/2000, e n.º 3.784, de 06/04/2001, bem como pela Lei n.º 8.666/93, de 21/06/1993 e Lei Complementar 123/2006 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, subsidiariamente.

As propostas de preço, bem como os documentos de habilitação, serão ENTREGUES no local supra indicado, em envelopes fechados ou lacrados, distintos, com a identificação externa do seu conteúdo, na hora e data acima designada, sendo ABERTOS a seguir, observado o devido processo legal.

O Edital na íntegra, esclarecimentos e informações relativos a esta licitação será obtido na Sala da Comissão Permanente de Licitação - Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro - Independência - Ceará, telefone (88) 3675.1258, no horário das 08h00min às 12h00min de segunda à sexta-feira ou através do site www.tcm.ce.gov.br/licitações.

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE KITS NATALIDADE PARA ATENDER OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS JUNTO A SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Constituem parte integrante deste Edital, independente de transcrição os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MINUTA DE PROPOSTA;

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO COMO ME/EPP (LEI Nº 123/2006);

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO VII - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR;

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS;

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE INTEGRAL CONCORDÂNCIA.

Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da sessão pública na data determinada acima, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

1.0 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

1.1 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento



**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ**

das propostas, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, cabendo o Pregoeiro decidir sobre a peti o no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

1.2 - As impugna es deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, por escrito, firmadas por quem tenha poderes para representar   licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato de convoca o nesta qualidade;

1.3 - As impugna es intempestivas não serão conhecidas;

1.4 - A impugna o feita tempestivamente pela licitante não a impedir  de participar do processo licit torio ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;

1.5 - Caso seja acolhida   peti o contra o ato convoc torio, será designada nova data para a realiza o do certame, desde que a altera o, comprovadamente, implique na formula o das Propostas de Preços dos licitantes.

2.0 - DAS RESTRI OES E CONDI OES DE PARTICIPA O

2.1 - RESTRI OES DE PARTICIPA O

2.1.1 - Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas neste Município, por força da Lei n  8.666/93 e suas altera es posteriores;

2.1.2 - Não poderão participar da presente licita o as interessadas que:

a) Se encontrem em processo de dissolu o, de fusão, de cisão ou de incorpora o;

b) Tenham tido decretado a sua falência;

c) Esteja cumprindo suspensão temporária de participa o em licita o e impedimento de contratar com o Município de Independência ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administra o Pública, em nível Federal, Estadual ou Municipal, bem como interessadas que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio e estrangeiras que não funcionem no país;

2.1.3 - Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público Municipal;

2.1.4 -   vedada   participa o em consórcio, a sub-contrata o parcial ou total para a execu o do objeto desta licita o;

2.2 - DAS CONDI OES PARA PARTICIPA O

2.2.1 - S  poderão participar do certame exclusivamente os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contrata o que se enquadrem no inciso I do Art. 48 da Lei Complementar n  123 de 14 de dezembro de 2006 e que preencherem as condi es de credenciamento constantes deste Edital;

2.2.2 - Os Documentos de Habilita o e as Propostas de Preços deverão ser apresentados por preposto da LICITANTE com poderes de representa o legal, através de procura o pública ou particular com firma reconhecida. A não apresenta o não implicará em inabilita o, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da LICITANTE, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprovem tal condi o através de documento legal;

2.2.3 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procura o, poderá representar mais de uma Licitante, na sessão publica deste preço, sob pena de exclusão sumária das Licitantes representadas;

2.2.4 - As empresas interessadas que estiverem cadastradas e habilitadas junto ao Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Independência, nos termos da Lei 10.520/02, estarão às mesmas asseguradas a substitui o de alguns documentos pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, conforme o disposto no subitem 6.1.6 alínea "b" deste Edital, assegurando-se, no entanto, a já cadastrada, o direito de apresentar a documenta o atualizada e regularizada na própria sessão do Preço, principalmente e obrigatoriamente, com rela o aos documentos de que se trata a habilita o fiscal e trabalhista (situa o regular perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal; a Seguridade Social - INSS; o Fundo de Tempo de Serviço - FGTS e Certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolida o das Leis do Trabalho);

3.0 - DA REPRESENTA O E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados obrigatoriamente os seguintes documentos:



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada da cópia de documento oficial de identificação (CPF e RG) do (s) representante (s) legal (is) e de todos os sócio (s) quando for o caso, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga;
- 3.2 - Apresentar declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com o estabelecido no Anexo IV;
- 3.3 - Para fins de gozo dos benefícios dispostos no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de acordo com o estabelecido no Anexo V, acompanhada de certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte ou outro documento que comprove o seu enquadramento na Lei acima citada;
- 3.3.1 - A não entrega da referida Declaração indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006;
- 3.4 - Apresentar declaração de credenciamento de acordo com o estabelecido no Anexo VI;
- 3.5 - Declaração de adimplência com este Município emitida pela **Secretária de Trabalho e Assistência Social** de Independência, expedida até 48hrs anteriores à data da realização da licitação.
- 3.5.1 - A entrega da Certidão de Adimplência Contratual será efetuada, ao sócio da empresa, mediante requerimento por escrito, ou a seu representante legal, munido de procuração Pública ou Particular, esta última com firma reconhecida do Outorgante, que lhe confira poderes para tal.
- 3.5.2 - A comprovação dos poderes a que se refere o item 3.5.1, deverá ser efetuada mediante apresentação do ato constitutivo da empresa e documentação de identificação do OUTORGANTE e do OUTORGADO, em cópia autenticada.
- 3.6 - Apresentar Certidão Simplificada, e Certidão Específica da Junta Comercial, comprovando o registro da empresa indicando o objetivo, endereço, composição da firma e o seu Capital Social Integralizado, emitidas em data não superior a 60 dias da data marcada para abertura da licitação;
- 3.7 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada;
- 3.8 - O representante legal e o procurador deverão apresentar cópia do documento oficial de identificação que contenha foto;
- 3.9 - O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a sessão de abertura dos envelopes da proposta de preços e/ou documentos de habilitação relativa a este Pregão, bem como implicará na aceitação de todos os atos praticados pelo Pregoeiro durante a sessão, ocasionando inclusive, a decadência do direito de recurso, e mantido o preço apresentado na proposta de preços para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;
- 3.10 - A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará na imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro;
- 3.11 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante;
- 3.12 - Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou autenticada pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio (conforme item 3.12 deste edital), à vista do original, e deverão ser entregues separadamente dos envelopes n.º 1 e 2;
- 3.13 - A autenticação, quando feita pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, será efetuado, em horário de expediente, na sala da Comissão Permanente de Licitação, no horário das 08h00min às 12h00min, até o dia útil imediatamente anterior à data fixada para a realização do Pregão;
- 3.13.1 - Nesses casos, a cópia documental constará dos seguintes registros:
- A presente cópia confere com o original



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

- (Município),..../..../2016

- Assinatura do servidor responsável

3.14 - Transcorrido o exame dos documentos de Credenciamento dos licitantes e, após a manifestação sobre os mesmos pelo Pregoeiro, esta procederá à continuidade dos trabalhos, não sendo mais permitido a partir deste momento, o ingresso ou participação de novos licitantes na licitação.

4.0 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados ou lacrados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

NOME DO PROPONENTE: _____
CNPJ Nº _____
ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA
LICITAÇÃO Nº 1403.1/16
PREGÃO PRESENCIAL

NOME DO PROPONENTE: _____
CNPJ Nº _____
ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 1403.1/16
PREGÃO PRESENCIAL

4.2 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador;

4.3 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou autenticada pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio (conforme item 4.4 deste edital), à vista do original, exceto os documentos expedidos pela internet;

4.4 - A autenticação, quando feita pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, será efetuado, em horário de expediente, na sala da Comissão Permanente de Licitação, no horário das 08h00min às 12h00min, até o dia útil imediatamente anterior à data fixada para a realização do Pregão;

4.4.1 - Nesses casos, a cópia documental constará dos seguintes registros:

- A presente cópia confere com o original

- (Município),..../..../2016

- Assinatura do servidor responsável

4.5 - O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o Objeto da presente licitação;

4.6 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços;

4.7 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

4.8 - Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do licitante;

4.9 - Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado;

4.10 - Havendo dúvida quanto à procedência e autenticidade documental, o Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, o documento original, para cotejo com aquele que foi apresentado.



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

5.0 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme modelo do Anexo II, em 01 (uma) via datilografada ou editorada por computador, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou espaços em branco, redigida no idioma português, ressaltando-se expressões técnicas de uso corrente, com clareza, em papel timbrado da licitante;

5.2 - Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei;

5.3 - Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a zero, inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores ao praticado no mercado;

5.4 - As Propostas de Preço serão consideradas de acordo com o Anexo II deste Edital, em algarismos e por extenso, não podendo exceder o valor estimado no Anexo I - Termo de Referência deste Edital, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como, todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços, constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos com os serviços necessários à execução do objeto e a manutenção destas condições durante o prazo de contrato;

5.5 - Quando for o caso, a licitante vencedora deverá no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da formalização e definição da proposta efetuada por lance na sessão do Pregão, entregar por escrito, nos mesmos moldes descritos no Anexo II, Proposta Definitiva de Preços, sob pena de ser considerada desistente, convocando-se a segunda colocada, sem prejuízo das sanções estabelecidas deste Edital;

5.6 - A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data fixada para a sessão de abertura das propostas e dos documentos de habilitação. Se na proposta não constar o prazo de validade, subentende-se igual a 60 (sessenta) dias. Decorridos esse prazo, sem convocação para a assinatura do Contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos;

5.7 - O critério de julgamento das propostas será, exclusivamente, pelo critério de **MENOR PREÇO**;

5.8 - Indicação do preço conforme modelo do Anexo II, composto apenas de duas casas decimais após a vírgula e em caso de divergência entre os valores unitários e totais serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado o último;

5.9 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.9.1 - Não atenderem às exigências deste Edital e seus Anexos ou da legislação aplicável;

5.9.2 - Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos insanáveis ou capazes de dificultar o julgamento;

5.9.3 - Impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

5.9.4 - Que apresentarem preços unitários irrisórios, de valor zero, excessivo ou manifestamente inexequível, quando comparado aos preços de mercado para consecução do Objeto desta licitação;

5.9.5 - Será considerada como manifestamente inexequível aquela que não possa demonstrar sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos que a compõem são coerentes com os de mercado;

5.9.6 - No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todos os licitantes para, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.

6.0 - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1- O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste item;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) Alvará de Funcionamento vigente;

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), emitida em data não superior a 30 dias da data marcada para abertura da licitação;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame, emitida em data não superior a 30 dias da data marcada para abertura da licitação ou documento comprobatório de isenção, quando for o caso;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União UNIFICADA com a Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);
- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede da Licitante;
- f) Certidão de regularidade de débito para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, juntamente com a certidão atualizada de regularidade do profissional expedida pelo CRC - CE;
- b.1) Caso seja opinante do simples nacional nos termos da EC123, apresentar documentos para fins de comprovação;

6.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com firma reconhecida comprovando que a Licitante forneceu produtos compatíveis com o objeto da licitação, acompanhado (s) da nota fiscal e contrato;

6.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em conformidade com o Anexo VII deste edital;
- b) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em conformidade com o Anexo VIII deste edital (art.32, § 2º, da Lei Nº 8.666/93);



**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ**

c) Declaração, expressando integral concordância com os termos deste Edital e seus Anexos, em conformidade com o Anexo IX deste Edital;

6.1.6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- a) O registro cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 6.1.2 à 6.1.5, devendo todos os documentos ser apresentados por todos os licitantes;
- b) Os licitantes cadastrados e habilitados junto ao Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal, poderão substituir os documentos relacionados no subitem 6.1.1, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, desde que o mesmo esteja dentro do seu prazo de validade e atualizado;
- c) O CRC deverá ser solicitado junto ao Setor de Cadastros da Prefeitura Municipal de Independência – Ceará;
- d) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.0 - DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO

- 7.1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame;
- 7.2 - Junto ao credenciamento, as licitantes entregarão o Pregoeiro os envelopes “1” e “2” contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, encerrado o credenciamento, não será aceito admissão de novos participantes no certame;
- 7.3 - Iniciada a abertura da sessão de julgamento das propostas, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes do certame;
- 7.4 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- 7.5 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta;
- 7.6 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes;
- 7.7 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
 - a) Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;
 - b) Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes;
 - c) Para efeito de seleção será considerado o de menor preço;
- 7.8 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;
- 7.9 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances;
- 7.10 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de **R\$ 50,00 (Cinquenta Reais)**, aplicável inclusive em relação ao primeiro;
- 7.11 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances;
- 7.12 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado;
- 7.13 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço;
- 7.14 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

- 7.15 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento;
- 7.16 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor;
- 7.17 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- a) substituição e apresentação de documentos, ou;
 - b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações;
- 7.18 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- 7.19 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada;
- 7.20 - Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item 6.0, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro da Prefeitura Municipal de Independência - Ceará;
- 7.21 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;
- 7.22 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.0 - DOS RECURSOS

- 8.1 - Ao final da sessão, após declaração do vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, fato este que será registrado em ata, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- 8.2 - O recurso contra decisão do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio terá efeito suspensivo;
- 8.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos autos insusceptíveis de aproveitamento;
- 8.4 - Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública;
- 8.5 - A falta de manifestação motivada do licitante ao final da sessão importará a decadência de recurso e adjudicação do Objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor;
- 8.6 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no seguinte endereço: Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro - Independência CE;
- 8.7 - Dos atos e decisões relacionados com este pregão cabe ainda recurso, nos seguintes casos e prazos:
- a) Julgamento da (s) proposta (s), habilitação ou inabilitação;
 - b) Anulação ou revogação do pregão;
 - c) Aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Independência;
- 8.7.1 - Os recursos de que tratam as alíneas "b" e "c" acima, deverão ser interpostos no prazo de 03(três) dias úteis a contar da intimação do ato;
- 8.7.2 - A intimação dos atos referidos na alínea "b" do item 8.7 será feita mediante publicação na imprensa oficial;
- 8.8 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;
- 8.9 - Interposto o recurso de que tratam as alíneas "b" e "c" do item 8.7, será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 03(três) dias úteis;



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

- 8.10 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do Objeto da licitação a licitante vencedora e, constatada a regularidade dos atos procedimentais, homologará o procedimento licitatório;
- 8.11 - A homologação do resultado desta licitação não obriga a Administração à aquisição do Objeto licitado;
- 8.12 - O resultado final do Pregão será divulgado no Quadro de Avisos da Unidade Gestora e sua divulgação na Internet através do site www.tcm.ce.gov.br/licitacoes.

9.0 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 9.1 - A presente licitação será julgada nos termos do art. 41, e, inciso I, §1º, do art. 45 da Lei das Licitações;
- 9.1.1 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos pertinentes ao credenciamento do pretense representante, a critério do Pregoeiro, e, caso a mesma venha a ser classificada, impedirá a licitante de participar apenas da fase de lances, mantendo-se, no entanto a sua Proposta de Preços para fins de julgamento;
- 9.1.2 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no Art. 48 § 3º;
- 9.1.3 - Será considerado vencedor o proponente que apresentar o menor preço;
- 9.1.4 - Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão;
- 9.1.5 - De conformidade com o parecer do Pregoeiro, não constituirá causa de inabilitação nem de desclassificação da proponente a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta e/ou documentação;
- 9.1.6 - Todas as declarações e/ou proposta a serem apresentadas deverão obedecer rigorosamente e obrigatoriamente em conformidade ao descrito nos Anexos deste Edital, a não apresentação das declarações e/ou proposta em conformidade com os Anexos por parte da licitante, acarretará no não credenciamento e/ou na desclassificação e/ou inabilitação da mesma;
- 9.1.7 - Todos os documentos que tiverem a assinatura do representante legal e/ou procurador da licitante deverão ser apresentados com **Firma Reconhecida**;

9.2 - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - ENVELOPE "1"

- 9.2.1 - Na proposta prevalecerão, em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, estes últimos;
- 9.2.2 - Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas de Preços das PROPONENTES, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta;
- 9.2.3 - Será declarada vencedora a proposta de menor preço entre as licitantes classificadas;
- 9.2.4 - No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo;
- 9.2.5 - Atendidas as condições estabelecidas neste Edital, será considerado vencedor o licitante cuja proposta resultar no menor preço;
- 9.2.6 - Verificada absoluta igualdade entre uma ou mais propostas e depois de obedecido o disposto no Parágrafo 2º do Art. 3º da Lei nº 8.666/93, a escolha do licitante vencedor será feita por sorteio em ato público, ao quais todos os proponentes classificados serão convidados;

9.3 - AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "2"

- 9.3.1 - Compete exclusivamente o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio de avaliar o mérito dos documentos e informações prestadas, bem como julgar a capacidade técnica de cada licitante e a exeqüibilidade das propostas apresentadas;
- 9.3.2 - A habilitação será julgada com base nos Documentos de Habilitação apresentados, observadas as exigências contidas neste Edital;



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

9.3.3 - A sociedade sujeita ao regime estabelecido pelo Art. 179 da Constituição Federal e Art. 27 da Lei Complementar 123 de 14/12/06, Estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte: "Comprovado seu enquadramento nos termos do credenciamento deste Edital, que apresentar comprovação de optante pelo simples nacional de acordo com os termos do Edital e seus Anexos, poderá apresentar o Balanço Patrimonial ou substituir o mesmo pelos documentos comprobatórios";

9.3.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.3.4.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo nos termos do Art. 42 da Lei Complementar 123 de 14/12/06, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame;

9.3.4.2 - A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação, ou item, conforme o caso.

10.0 - DA ADJUDICAÇÃO

10.1 - A adjudicação da presente licitação ao licitante vencedor será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida à ordem classificatória, depois de ultrapassado o prazo recursal.

11.0 - DO CONTRATO

11.1 - Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta anexa ao presente Edital, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da convocação encaminhada à licitante vencedora do certame;

11.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o "Termo de Contrato" no prazo estabelecido no item anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeito às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores;

11.3 - Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da proposta vencedora, seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório;

11.4 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o "Termo de Contrato" no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo à ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.5 - A contratação far-se-á mediante a assinatura de Contrato Formal com o licitante adjudicado, no qual constarão as especificações dos materiais requisitados, consignando o prazo de vigência até 31/12/2016, período no qual a Contratada, mediante solicitação da Contratante, efetuará a entrega total e/ou parcelada dos mesmos imediatos a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho;

11.6 - Na eventualidade de se verificar defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam o recebimento ou a utilização dos materiais nas finalidades administrativas institucionais, a CONTRATANTE, sustará os processos relativos a pagamentos em nome da Contratada, enquanto não forem sanadas as incorreções, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

11.7 - O faturamento para fins de pagamento dar-se-á após o recebimento da Nota Fiscal expedida em nome da contratante, com as seguintes discriminações: quantidade, preço unitário, preço total e, fazendo-se acompanhar da Nota de Empenho ou cópia desta;

11.8 - O pagamento, após o recebimento e aceite da Nota Fiscal pela contratante, efetivar-se-á mediante Ordem Bancária e/ou Cheque Nominal em favor da Contratada, considerando-se também as disposições previstas na Lei nº 4.320/64;

11.9 - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstâncias que impeçam o pagamento da despesa, aquela será devolvida a Contratada, e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus a contratante;



**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ**

12.0 - DAS OBRIGA OES DA CONTRATANTE

- 12.1 - A Contratante se obriga a proporcionar   Contratada todas as condi oes necessárias ao pleno cumprimento das obriga oes decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei n  8.666/93 e suas altera oes posteriores;
- 12.2 - Fiscalizar e acompanhar a entrega dos materiais objeto contratual;
- 12.3 - Comunicar   Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos materiais objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 12.4 - Providenciar os pagamentos   Contratada   vista das Notas Fiscais / Faturas devidamente atestadas pela contratante, conforme o acordado.

13.0 - DAS OBRIGA OES DA CONTRATADA

- 13.1 - Entregar os materiais objeto do Contrato, mediante apresenta o da ordem de compra, que será expedida conforme necessidade e os mesmos entregues de imediato dentro do prazo máximo estabelecido;
- 13.2 - Responsabilizar-se pela fiel entrega dos materiais no prazo estabelecido;
- 13.3 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes, carrego e descarrego decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Independência - Ceará;
- 13.4 - Manter a compatibilidade com as obriga oes assumidas, durante todo o processo desta compra, inclusive com todas as condi oes de habilita o e qualifica o exigidas na licita o;
- 13.5 - Substituir às suas expensas, todo e qualquer produto entregue em desacordo com as especifica oes exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu desempenho dentro do período de garantia;
- 13.6 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente   Administra o ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega total dos materiais;
- 13.7 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administra o, durante a execu o da aquisi o;
- 13.8 - Aceitar nas mesmas condi oes contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1  e 2  da Lei n  8.666/93 e suas altera oes posteriores.

14.0 - DA DURA O DO CONTRATO

- 14.1 - O contrato terá um prazo de vigência a partir da sua assinatura com término em 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei n  8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas altera oes posteriores;

15.0 - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 15.1 - Os pagamentos serão realizados mediante apresenta o da Nota Fiscal do objeto e fatura correspondente. As faturas deverão ser aprovadas, obrigatoriamente, pela contratante, que atestará a entrega dos materiais licitados;
- 15.2 - Caso os materiais sejam aprovados pela CONTRATANTE, o pagamento será efetuado até o 30  (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

16.0 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

- 16.1 - Os preços contratados são fixos e irrealizáveis;
- 16.2 - Qualquer reajuste somente poderá ocorrer nos termos dos Art. 2  e 3  da Lei n  10.192/2001 (que dispõe sobre o Programa de Estabiliza o Econ mica) respeitando a recomposi o de preços nos moldes que dispõe o inciso XIV do Art. 40 e inciso II, letra "d" do Art. 65 da lei N  8.666/93 e suas altera oes posteriores.

17.0 - DO FORNECIMENTO DO OBJETO



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

- 17.1 - A licitante vencedora deverá manter em estoque quantidades suficientes para o pronto atendimento das necessidades da Administra o Pública, tendo em vista que o seu descumprimento acarretará as penalidades previstas em Lei e as contidas no Edital e seus Anexos;
- 17.2 - Os Materiais deverão ser entregues em local determinado pela Contratante, descrita em solicita o e/ou ordem de compra;
- 17.3 - A entrega dos Materiais deverá ser feita conforme a necessidade e prévia solicita o expedida pelo Setor competente, de imediato no prazo máximo de **05 (Cinco) dias corridos**, a contar da data de recebimento da Ordem de Compra;
- 17.4 - A entrega não efetuada no prazo determinado pelo subitem acima sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei e as contidas no presente Edital;
- 17.5 - Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual;
- 17.6 - A CONTRATADA deverá entregar os Materiais de acordo com as especifica es estabelecidas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e conforme a proposta de preços da empresa vencedora e se responsabilizará pela entrega dos mesmos, de forma imediata, obrigando-se a substituir aquele não achado conforme pela CONTRATANTE, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de notifica o;
- 17.7 - Os Materiais a serem fornecidos, deverão ser sempre de boa qualidade e fabrica o, segundo os padrões definidos pelos órgãos de controle de qualidade e padroniza o da área de saúde, no que couber, considerando-se também as disposi es da Lei no 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- 17.8 - Os Materiais deverão obedecer às prescri es e exigências contidas nas especifica es do Edital e seus Anexos;
- 17.9 - Constatadas irregularidades nos Materiais objeto contratual, ou seja, no tocante   especifica o e qualidade, a contratante poderá rejeitá-lo no todo, determinando sua substitui o ou rescindindo a contrata o, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 17.10 - Na hipótese de substitui o, a Licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indica o da Administra o, de imediato após a notifica o por escrito, e mantido o preço contratado.

18.0 - DAS SAN OES ADMINISTRATIVAS

- 18.1 - O licitante que ensejar o retardamento da execu o do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execu o do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declara o falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da cita o e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administra o, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da puni o ou até que seja promovida a reabilita o perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Termo de Contrato e das demais comina es legais;
- 18.2 - A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecu o total ou parcial do Contrato, inadimpl to Contratual ou não veracidade das informa es prestadas, garantida a prévia defesa:
- I - advertência, san o de que trata o inciso I do Art. 87, da Lei n  8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:
- a) Descumprimento das obriga es e responsabilidades assumidas na licita o;
 - b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplica o de san o mais grave;
- II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer  g ncia integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecada o Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instru es fornecidas pela Contratante);
- a) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor Contratual total, por dia de atraso na entrega do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
 - b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor Contratual total do exercício, por infra o a qualquer cláusula ou condi o do Contrato, não especificada nas demais  lneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

c) Multa de 5% (cinco por cento) do valor Contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de Contratar com o Município de Independência, prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou Contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

18.3 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 18.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item;

18.4 - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondente;

18.5 - As sanções previstas nos incisos III e IV do item 18.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do Contrato objeto desta licitação:

a) Praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

b) Demonstrarem não possuir idoneidade para Contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

c) Sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.6 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 18.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

18.7 - A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida;

18.8 - As sanções previstas no item 18.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este Edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

19.0 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

19.1 - A rescisão Contratual poderá ser:

a) Por qualquer uma das partes, sem qualquer ônus, independente de notificação;

b) Determinada por ato unilateral e escrito do (a) Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

c) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório;

19.2 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do (a) Contratado (a), será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

19.3 - A rescisão Contratual de que trata o inciso I do Art. 78 acarreta as conseqüências previstas no Art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93;

19.4 - O contrato firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos Art's. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

19.5 - Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no Art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no Art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

20.0 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

20.1 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1º, do Art. 65, da Lei de Licitações.

21.0 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

21.1 - Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o Art. 4º da Lei nº 10.520 e suas alterações;

21.2 - Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente;

21.3 - Os recursos serão protocolados na contratante e encaminhados o Pregoeiro.

22.0 - DA FONTE DE RECURSOS

22.1 - Os recursos orçamentários necessários ao adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, Objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento, o exercício financeiro de 2016, sob as seguintes dotações orçamentárias: 1301 08 244 0807 2048 / 33.90.32.00 que constarão do Contrato e da respectiva Nota de Empenho a ser expedida em favor da Contratada; e, aqueles referentes ao exercício seguinte serão alocados na correspondente lei orçamentária.

23.0 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 - A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas neste edital;

23.2 - A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada por conveniência da Administração, por decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse do Município;

23.3 - É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal de Independência, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal de Independência, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação;

23.4 - A homologação da presente Licitação será feita pela contratante, conforme dispõe o artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93;

23.5 - O Pregoeiro poderá conceder tolerância de até 15 (quinze) minutos de atraso após a hora marcada para o início da licitação;

23.6 - Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente;

23.7 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, inclusive a preparação e apresentação das propostas;

23.8 - As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro Contrato;

23.9 - A homologação do resultado desta licitação em favor do licitante, não implicará em direito à contratação, mas, apenas uma expectativa de direito;

23.10 - É facultado o Pregoeiro ou a autoridade superior deste processo:

a) A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do pregão, sendo vedada à inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta ou da habilitação;

b) Relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos para fins de habilitação e/ou classificação dos proponentes em relação ao conteúdo de suas propostas, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação, notadamente explicitado no Art. 3º, da Lei nº 8.666/93;

c) Convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de seus documentos ou de suas propostas, em qualquer fase deste processo;

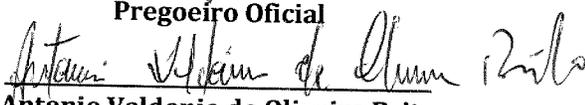


**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ**

- 23.11 - Este Edital e seus anexos, bem como a Proposta de Preços da licitante vencedora, farão parte integrante do instrumento de Contrato, como se nele estivessem transcritos, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o ofertado em lance verbal, caso tenha ocorrido;
- 23.12 - Caso a licitante vencedora não apresente situação regular no ato da assinatura, ou venha recusar-se a celebrá-lo, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido e na vigência de sua proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se a contratante, através de seu Pregoeiro, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, renovar a licitação ou convocar os remanescentes;
- 23.13 - Na convocação dos remanescentes, serão observadas as classificações finais da sessão originária do pregão, devendo o(s) convocado(s) apresentar (em) os documentos de habilitação cuja validade tenha se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião;
- 23.14 - Somente será considerado habilitado o licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão e que apresentar, na segunda sessão, os documentos que porventura estiverem vencidos;
- 23.15 - Os licitantes remanescentes convocados, se obrigam a atender a convocação e a assinar o Contrato respectivo, no prazo fixado no Edital, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação;
- 23.16 - Fica assegurado à contratante, o direito de, por razões de interesse público, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;
- 23.17 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão, os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Independência;
- 23.18 - As reclamações referentes à Documentação e às Propostas deverão ser feitas no momento de suas respectivas aberturas, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer Licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito;
- 23.19 - Havendo indícios de conluio entre as Licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Administração comunicará os fatos verificados às autoridades competentes, para as providências devidas;
- 23.20 - É proibido a qualquer Licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos, artifícios, conduta pessoal perturbadora ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no Art. 93, da Lei nº 8.666/93;
- 23.21 - O simples comparecimento à Licitação implica na afirmação do Licitante de que está de posse, conhece e examinou detalhadamente toda a documentação da presente licitação, que verificou e se inteirou de todos os elementos técnicos, e que ao formular sua Proposta de Preços, não encontrou discordância nos dados e condições fornecidas;
- 23.22 - Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro, na sede da contratante, localizado no Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro - Independência CE, somente das 8:00 horas às 12:00 horas, ou pelos fones (88) 3675-1258 de segunda a sexta-feira;
- 23.23 - As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro do Município de Independência, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Independência - Ceará, 14 de Março de 2016.


João Teixeira Faustino
Pregoeiro Oficial


Antonio Valdonio de Oliveira Brito
OAB - 11993
Assessor Jurídico



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

LICITA O N  1403.1/16
PREGÃO PRESENCIAL

1.0 - OBJETO

AQUISI O DE KITS NATALIDADE PARA ATENDER OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS JUNTO A SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.0 - DESCRI O DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

2.1 - Deverão ser fornecidos os materiais nas especifica es, conforme abaixo:

MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT
01	BOLSA EM NYLON PARA BEB� , com alças reguláveis para ombro ou para mão, com zíper, trocador estofado, zíper, compartimentos separados que mant�m os itens para trocar o bebê longe de comidas, garrafas e roupas, com logomarca da Administra�o Municipal de Independência e do Governo do Estado do Ceará em silk screen, posicionado na parte frontal, dimensões: 26X45X10cm, cores a escolher. Material resistente e durável.	UND	200
02	CALÇA PLÁSTICA PARA BEBÊ , tamanho P (0 a 3 meses), com botões na parte frontal, internamente e externamente composto por poliéster.	UND	200
03	BANHEIRA PLÁSTICA PARA BEBÊ , resistente, durável, material At�xico, com capacidade aproximada de 20 litros.	UND	200
04	CUEIRO , em flanela, tamanho único, composi�o; 100% algodão, medida aproximada 80X80cm.	UND	200
05	CONJUNTO DE CAMISETA COM GOLA E CALÇA EM MALHA PARA BEBÊ (tipo pag�o), tamanho P (0 a 3 meses), 100% algodão.	UND	200
06	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, P , com 09 unidades.	CONJ	200
07	FRALDA EM TECIDO DUPLO , composi�o 100% algodão, medida aproximada 70x68cm, caixa com 05 unidades.	PCT	200
08	JOGO DE LENÇOL, TAMANHO PADRÃO, PARA BERÇO , 100% algodão, contendo: 1 lençol medida aproximada: 90X150cm; 1 lençol com elástico, medida aproximada: 90X150cm; 1 fronha medida aproximadamente 30X40cm.	CX	200
09	MEIA PARA BEBÊ composi�o aproximada: 60% de algodão; 37% poliamida; 3% el�stano; tamanho 00 a 15.	PAR	200
10	TOALHA DE BANHO PARA BEB� , com capuz, composi�o: 100% algodão, medida aproximada 70X90cm.	UND	200

MATERIAL DE LIMPEZA E PRODU O DE HIGIENIZA O

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT
	ABSORVENTE HIGIÊNICO; para uso pós-parto,	PCT	200



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

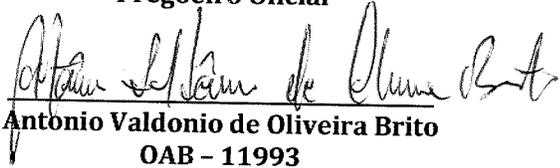
11	confeccionado com material absorvente hipo alergênico, com cobertura interna de falso tecido, revestido externamente por película impermeável dimensões mínimas da área, pacote com 08 unidades.		
12	ÁLCOOL 70% , embalagem com 50ml, validade superior a 12 meses a contar da data de entrega.	UND	200
13	ALGODÃO HIDRÓFILO em rolo com 25g, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e data de fabricação.	UND	200
14	COLÔNIA INFANTIL 120ml, Kids.	UND	200
15	CONTONETE COM HASTES EM PLÁSTICO com algodão para higiene, caixa com 100 unidades.	CX	200
16	POMADA PARA TRATAMENTO DE ASSADURA DE BEBÊ , com fragrância suave, cremosa, tubo contendo aproximadamente 45 gramas, com data de validade de 02 anos a partir da data de homologação do processo.	UND	200
17	SABONETE GLICERINADO , para bebê, fragrância suave, barra com 90g.	UND	200

3.0 - FORNECIMENTO DO OBJETO

- 3.1 - A licitante vencedora deverá manter em estoque quantidades suficientes para o pronto atendimento das necessidades da Administração Pública, tendo em vista que o seu descumprimento acarretará as penalidades previstas em Lei e as contidas no Edital e seus Anexos;
- 3.2 - Entregar os itens objeto do Contrato, mediante apresentação da ordem de compra, que poderá ser expedida diariamente, conforme necessidade e o kit deverá ser entregue de imediato;
- 3.3 - A entrega do kit, que é destinado à distribuição a gestante carente deste Município, deverá ser de imediato, após o recebimento da solicitação ou ordem de compra, tendo em vista que a Secretaria da Assistência Social e Trabalho atende a demanda espontânea, não programada, neste caso, não sendo possível prever a quantidade de kits que será entregue com exatidão, com isso será necessário por parte da empresa vencedora, estabelecer ponto de atendimento, dentro das condições legais exigidas na legislação pertinente ao fornecimento dos itens, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta;
- Os itens deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações deste Edital e seus Anexos;
- 3.4 - Constatadas irregularidades nos materiais objeto contratual, ou seja, no tocante à especificação e qualidade, a contratante poderá rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 3.5 - Na hipótese de substituição, a Licitante Vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, de imediato após a notificação por escrito, e mantido o preço contratado.

Independência - Ceará, 14 de Março de 2016.


João Teixeira Faustino
Pregoeiro Oficial


Antonio Valdonio de Oliveira Brito
OAB - 11993
Assessor Jurídico



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ



ANEXO II
(PROPOSTA DE PREÇOS A SER ELABORADA EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)
(OU PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS)

O Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Independência

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta de preços, conforme abaixo, referente à Licitação nº 1403.1/16 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE KITS NATALIDADE PARA ATENDER OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS JUNTO A SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

LOTE 01 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	BOLSA EM NYLON PARA BEBÊ , com alças reguláveis para ombro ou para mão, com zíper, trocador estofado, zíper, compartimentos separados que mantém os itens para trocar o bebê longe de comidas, garrafas e roupas, com logomarca da Administração Municipal de Independência e do Governo do Estado do Ceará em silk screen, posicionado na parte frontal, dimensões: 26X45X10cm, cores a escolher. Material resistente e durável.	UND	200	R\$.....	R\$.....
02	CALÇA PLÁSTICA PARA BEBÊ , tamanho P (0 a 3 meses), com botões na parte frontal, internamente e externamente composto por poliéster.	UND	200	R\$.....	R\$.....
03	BANHEIRA PLÁSTICA PARA BEBÊ , resistente, durável, material Atóxico, com capacidade aproximada de 20 litros.	UND	200	R\$.....	R\$.....
04	CUEIRO , em flanela, tamanho único, composição; 100% algodão, medida aproximada 80X80cm.	UND	200	R\$.....	R\$.....
05	CONJUNTO DE CAMISETA COM GOLA E CALÇA EM MALHA PARA BEBÊ (tipo pagão), tamanho P (0 a 3 meses), 100% algodão.	UND	200	R\$.....	R\$.....
06	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, P , com 09 unidades.	CONJ	200	R\$.....	R\$.....



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

07	FRALDA EM TECIDO DUPLO , composição 100% algodão, medida aproximada 70x68cm, caixa com 05 unidades.	PCT	200	R\$.....	R\$.....
08	JOGO DE LENÇOL, TAMANHO PADRÃO, PARA BERÇO , 100% algodão, contendo: 1 lençol medida aproximada: 90X150cm; 1 lençol com elástico, medida aproximada: 90X150cm; 1 fronha medida aproximadamente 30X40cm.	CX	200	R\$.....	R\$.....
09	MEIA PARA BEBÊ composição aproximada: 60% de algodão; 37% poliamida; 3% elástano; tamanho 00 a 15.	PAR	200	R\$.....	R\$.....
10	TOALHA DE BANHO PARA BEBÊ , com capuz, composição: 100% algodão, medida aproximada 70X90cm.	UND	200	R\$.....	R\$.....
VALOR TOTAL DO LOTE 01: R\$ _____ (POR EXTENSO).						

LOTE 02 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
11	ABSORVENTE HIGIÊNICO ; para uso pós-parto, confeccionado com material absorvente hipo alergênico, com cobertura interna de falso tecido, revestido externamente por película impermeável dimensões mínimas da área, pacote com 08 unidades.	PCT	200	R\$.....	R\$.....
12	ÁLCOOL 70% , embalagem com 50ml, validade superior a 12 meses a contar da data de entrega.	UND	200	R\$.....	R\$.....
13	ALGODÃO HIDRÓFILO em rolo com 25g, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e data de fabricação.	UND	200	R\$.....	R\$.....
14	COLÔNIA INFANTIL 120ml, Kids.	UND	200	R\$.....	R\$.....
15	CONTONETE COM HASTES EM PLÁSTICO com algodão para higiene, caixa com 100 unidades.	CX	200	R\$.....	R\$.....
16	POMADA PARA TRATAMENTO DE ASSADURA DE BEBÊ , com fragrância suave, cremosa, tubo contendo aproximadamente 45 gramas, com data de validade de 02 anos a partir da data de homologação do processo.	UND	200	R\$.....	R\$.....
17	SABONETE GLICERINADO , para bebê, fragrância suave, barra com 90g.	UND	200	R\$.....	R\$.....



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

VALOR TOTAL DO LOTE 02: R\$ _____ (POR EXTENSO).

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: _____ (POR EXTENSO).

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado, inclusive a margem de lucro.

LOCAL E DATA

Nome do Representante Legal



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N  _____ QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
INDEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA (O) _____ COM
A EMPRESA _____ PARA O FIM QUE A SEGUIR SE
DECLARA.

O **MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA**, pessoa jurídica de direito público interno, através da (o) _____, com sede   _____ - Independência - CE, inscrito no CNPJ sob o n  _____, neste ato representado (a) pelo (a) Secretário (a) de _____, o Sr (a). _____, inscrita (o) no CPF N  _____, doravante denominado de **CONTRATANTE**, no final assinado, e do outro lado, a Empresa _____, com sede na cidade de _____, Estado do _____   Rua/Av _____, n.  _____ - Bairro _____, inscrita no CNPJ/MF n.  _____, representada pelo Sr (a). _____, inscrito (a) no CPF/MF n.  _____, no final assinada, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Processo Licitatório n  1403.1/16modalidade Pregão Presencial, em conformidade com o que preceitua a Lei n.  10.520, de 17/07/2002 e Lei Federal n  8.666/93 e suas altera es posteriores, sujeitando-se os Contratantes às suas normas e às cláusulas e condi es a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL E FORMA DE FORNECIMENTO

- 1.1 - Processo de Licita o, na modalidade Pregão, em conformidade com a **Lei Federal n  10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão**, e Lei n  8.666/93 e suas altera es posteriores.
1.2 A Forma de Fornecimento se dará de forma parcelada, de acordo com as ordens de compra.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - Objetivo  : AQUISI O DE KITS NATALIDADE PARA ATENDER OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS JUNTO A SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

- 3.1 - O valor global deste Contrato   de R\$ _____ (_____);
3.2 - No valor acima estipulado já estão inclusos todas as taxas, encargos, impostos, fretes, carregamento e descarregamento, seguros e demais despesas inerentes ao fornecimento do objeto contratado;
3.3 - Os materiais ora contratados serão fornecidos, conforme abaixo:

LOTE

ITEM	ESPECIFICA�O	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

4.1 - O Contrato resultante da presente Licita o terá vigência a partir de sua assinatura, tendo validade até 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas altera es posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERA ES CONTRATUAIS



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

5.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, Art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.1 - Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o Art. 4º da Lei nº 10.520 e suas alterações;

6.2 - Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente;

6.3 - Os recursos serão protocolados na contratante e encaminhados o Pregoeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

7.1 - O valor global deste contrato, correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias: 1301 08 244 0807 2048 / 33.90.32.00;

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal do objeto e fatura correspondente. As faturas deverão ser aprovadas, obrigatoriamente, pela contratante, que atestará a entrega dos materiais objeto licitado;

8.2 - Caso os materiais sejam aprovados pela CONTRATANTE, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADA;

8.3 - A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Federal, CND do INSS e CRS do FGTS demonstrando sua regularidade.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

9.1 - Os preços contratados são fixos e irremovíveis;

9.2 - Qualquer reajuste somente poderá ocorrer nos termos dos Art. 2º e 3º da Lei nº 10.192/2001 (que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica) respeitando a recomposição de preços nos moldes que dispõe o inciso XIV do Art. 40 e inciso II, letra “d” do Art. 65 da lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORNECIMENTO DO OBJETO

10.1 - Os preços contratados são fixos e irremovíveis;

10.2 - A licitante vencedora deverá manter em estoque quantidades suficientes para o pronto atendimento das necessidades da Administração Pública, tendo em vista que o seu descumprimento acarretará as penalidades previstas em Lei e as contidas no Edital e seus Anexos;

10.3 - Entregar os itens objeto do Contrato, mediante apresentação da ordem de compra, que poderá ser expedida diariamente, conforme necessidade e o kit deverá ser entregue de imediato;

10.4 - A entrega do kit, que é destinado à distribuição a gestante carente deste Município, deverá ser de imediato, após o recebimento da solicitação ou ordem de compra, tendo em vista que a Secretaria da Assistência Social e Trabalho atende a demanda espontânea, não programada, neste caso, não sendo possível prever a quantidade de kits que será entregue com exatidão, com isso será necessário por parte da empresa vencedora, estabelecer ponto de atendimento, dentro das condições legais exigidas na legislação pertinente ao fornecimento dos itens, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta;



**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ**

10.5 - Os itens a serem fornecidos, deverão ser sempre de boa qualidade e fabricação, segundo os padrões definidos pelos órgãos de controle de qualidade e padronização da área de saúde, no que couber, considerando-se também as disposições da Lei no 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

10.6 - Os itens deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações deste Edital e seus Anexos;

10.7 - Constatadas irregularidades nos materiais objeto contratual, ou seja, no tocante à especificação e qualidade, a contratante poderá rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

10.8 - Na hipótese de substituição, a Licitante Vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, de imediato após a notificação por escrito, e mantido o preço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 - A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.2 - Fiscalizar e acompanhar a entrega dos materiais objeto contratual;

11.3 - Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos materiais objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

11.4 - Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais / Faturas devidamente atestadas pela contratante, conforme o acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 - Entregar os materiais objeto do Contrato, mediante apresentação da ordem de compra, que será expedida conforme necessidade e os mesmos entregues de imediato dentro do prazo máximo estabelecido;

12.2 - Responsabilizar-se pela fiel entrega dos materiais no prazo estabelecido;

12.3 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes, carregos e descarregos decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Independência - Ceará;

12.4 - Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante todo o processo desta compra, inclusive com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.5 - Substituir às suas expensas, todo e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu desempenho dentro do período de garantia;

12.6 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega total dos materiais;

12.7 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução da aquisição;

12.8 - Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

13.1 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Termo de Contrato e das demais cominações legais;



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

13.2 - A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inadimplimento Contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - advertência, sanção de que trata o inciso I do Art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor Contratual total, por dia de atraso na entrega do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor Contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do Contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) Multa de 5% (cinco por cento) do valor Contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de Contratar com o Município de Independência, prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou Contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

13.3 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 13.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** do mesmo item;

13.4 - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondente;

13.5 - As sanções previstas nos **incisos III e IV do item 13.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do Contrato objeto desta licitação:

a) Praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

b) Demonstrarem não possuir idoneidade para Contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

c) Sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.6 - As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 13.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

13.7 - A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida;

13.8 - As sanções previstas no **item 13.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este Edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO



**GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ**

14.1 - A rescisão Contratual poderá ser:

- a) Por qualquer uma das partes, sem qualquer ônus, independente de notificação;
- b) Determinada por ato unilateral e escrito do (a) Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório;

14.2 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do (a) Contratado (a), será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

14.3 - A rescisão Contratual de que trata o inciso I do Art. 78 acarreta as conseqüências previstas no Art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93;

14.4 - O contrato firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos Art's. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

14.5 - Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no Art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no Art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

15.2 - Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.3 - O presente Contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao Edital de Licitação e à proposta da licitante;

15.4 - O Contratante se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no Artigo 58 da Lei Federal nº 8.666/93;

15.5 - Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Independência, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos;

16.2 - E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Independência - Ceará, ___ de _____ de 2016.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

CPF: _____

02. _____

CPF: _____



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ



**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO
AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

O Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Independência
Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro - Independência CE
LICITAÇÃO Nº 1403.1/16
PREGÃO PRESENCIAL

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal-(nome), portador (a) do documento de identidade RG nº _____ e CPF nº _____, vem pela presente apresentar a Vossa Senhoria, nossa documentação referente à licitação em epígrafe e declaramos que atendemos plenamente todos os requisitos de Habilitação expressos no Edital de Licitação Pública nº 1403.1/16 Modalidade Pregão Presencial, a realizar-se no dia __ de _____ de _____, às __: __ horas.

Por ser expressão da verdade, firma a presente para que produza os efeitos legais a que se destina.

(Local e data)

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do
Representante Legal ou do Procurador)

***OBSERVAÇÃO: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante com firma
devidamente reconhecida***



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO COMO ME/EPP (LEI Nº 123/2006)

O Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Independência
Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro - Independência CE
LICITAÇÃO Nº 1403.1/16
PREGÃO PRESENCIAL

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal-(nome), portador (a) do documento de identidade RG nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º e 4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, que a Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42º ao 49º da referida Lei.

Por ser expressão da verdade, firma a presente para que produza os efeitos legais a que se destina.

(Local e data)

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do
Representante Legal ou do Procurador)

**OBSERVAÇÃO: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante com firma
devidamente reconhecida**



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

O Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Independência
Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro - Independência CE
LICITAÇÃO Nº 1403.1/16
PREGÃO PRESENCIAL

Prezado (a) Senhor (a),

Pela presente, fica credenciado o Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente no (a) (endereço e CEP), para representar a empresa (_____), inscrita no CNPJ sob nº (_____), com sede à _____, na Cidade de _____, nos autos referentes à licitação em epígrafe, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular lances verbais, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em questão.

Atenciosamente,

(Local e data)

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do
Representante Legal)

OBSERVAÇÃO: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante com firma devidamente reconhecida



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ



ANEXO VII - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

O Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Independência
Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro - Independência CE
LICITAÇÃO Nº 1403.1/16
PREGÃO PRESENCIAL

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal-(nome), portador-(a) do documento de identidade RG nº _____ e CPF nº _____, interessado em participar do processo licitatório nº 1403.1/16 modalidade Pregão Presencial, **DECLARA**, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Independência, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firma a presente para que produza os efeitos legais a que se destina.

(Local e data)

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do
Representante Legal ou do Procurador)

OBSERVAÇÃO: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante com firma devidamente reconhecida



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ



ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

O Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Independência
Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro - Independência CE
LICITAÇÃO Nº 1403.1/16
PREGÃO PRESENCIAL

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal-(nome), portador (a) do documento de identidade RG nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, que não existem fatos supervenientes que sejam impeditivos de sua habilitação para este certame licitatório, comprometendo-se, ainda, a comunicar imediatamente qualquer eventual penalidade administrativa que venha a sofrer, por qualquer ente público, após a habilitação no presente certame licitatório, em especial, as penalidades de suspensão e declaração de inidoneidade.

Por ser expressão da verdade, firma a presente para que produza os efeitos legais a que se destina.

(Local e data)

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do
Representante Legal ou do Procurador)

OBSERVAÇÃO: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante com firma devidamente reconhecida



GOVERNO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA
ESTADO DO CEARÁ

ANEXO IX - DECLARA O DE INTEGRAL CONCORDÂNCIA

O Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Independência
Rua do Cruzeiro, n  244, Centro - Independência CE
LICITA O N  1403.1/16
PREGÃO PRESENCIAL

(nome da empresa), inscrita no CNPJ n  _____, por intermédio de seu representante legal-(nome), portador (a) do documento de identidade RG n  _____ e CPF n  _____, **DECLARA**, para os fins de participa o no certame licitatório n  1403.1/16modalidade Pregão Presencial, que concorda integralmente com os termos deste Edital e seus Anexos.

Por ser expressão da verdade, firma a presente para que produza os efeitos legais a que se destina.

(Local e data)

(Nome, RG, Fun o ou Cargo e Assinatura do
Representante Legal ou do Procurador)

OBSERVA O: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante com firma devidamente reconhecida